



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15698 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

MATERIAL ESTRUTURADO DE ENSINO: CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ALFABETIZAR LETRANDO

Eunice Cardoso Lauriano Ferreira - UFR - Universidade Federal de Rondonópolis

Izaira Aparecida da Silva - UFR - Universidade Federal de Rondonópolis

Sandra Regina Franciscatto Bertoldo - UFMT - PPGE Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

MATERIAL ESTRUTURADO DE ENSINO: CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DE ALFABETIZAR LETRANDO

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, no Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Rondonópolis (PPGEdu/UFR), na linha de pesquisa: Linguagem, educação e cultura. O objetivo é analisar a concepção de alfabetização presente no Material Estruturado de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis (doravante MEE), do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, da Coleção Plural Sistema Inteligente, da Editora Movimenta, a fim de verificar se essa concepção se articula com a concepção de alfabetização dos documentos normativos oficiais da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis – Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT) e a Diretriz Curricular Municipal de Rondonópolis (DCM/ROO) e, principalmente, se essas concepções se articulam à perspectiva de alfabetizar letrando.

O MEE é *corpus* da pesquisa em andamento e, como tal, já está sendo analisado tendo algumas evidências já constatadas: É um material adquirido e adotado pela Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis (SEMED) no ano de 2022 sem consultoria especializada e apenas com Comissão de Julgamento de Amostras da Concorrência Pública nº 19/2021 formada; foi um material pensado como recurso e suporte pedagógico no período acometido pela pandemia da SARS-COV2 (COVID), para a realidade emergencial do ensino remoto e que chegou às unidades de ensino em 2022, período em que as crianças já se encontravam no ensino presencial.

O MEE é um material apostilado, composto por quatro (04) cadernos em que cada um deles contém os seguintes componentes curriculares: Português, Matemática, Ciências e Ciências Humanas: História e Geografia, que são entregues e trabalhados um em cada bimestre do ano letivo.

O fato da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis possuir Diretriz Curricular própria e atender ao que prevê os documentos curriculares normativos nacional e estadual, nos mostra, ao analisar o MEE, que ele não possui “Manual do Professor”, mas, apenas uma página de “Apresentação” presente em todos os cadernos, a qual destaca e apresenta os “mais modernos paradigmas educacionais”, partindo da concepção de Pierre Teilhard de Chardin.

Com base nessa informação, alguns questionamentos se fizeram necessários ao se pensar a alfabetização na perspectiva de alfabetizar letrando, tais como: Qual a concepção de alfabetização presente no MEE? A concepção de alfabetização do MEE se articula à concepção de alfabetização dos documentos curriculares normativos – BNCC, DRC/MT, DCM/ROO, da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis? A concepção de alfabetização assumida pelo MEE e pela DCM/ROO se articulam para alfabetizar na perspectiva de alfabetizar letrando?

Os debates intencionados nesse estudo se organizam dentro das perspectivas da pesquisa qualitativa, visto que, na área da educação, no que se refere à linguagem, prioritariamente as pesquisas são qualitativas como principal elemento, sendo sempre de natureza subjetiva e, nesse quesito, não podemos esquecer dos olhares e dos contextos aos quais os pesquisadores se voltam para um mesmo objeto, assim como nos ensinou Bakhtin (2011) ao dizer que mesmo que façamos a nossa constituição a partir da interação com o outro, nós temos ideologias que nos são próprias.

Dessa forma, toda pesquisa de caráter qualitativa tem seu olhar voltado para os conteúdos propostos em suas especificidades e diferenciações dadas pelos sujeitos sociais, e do tipo documental pois estamos tratando e analisando o MEE como documento (Minayo, 1994, p.12-13). Teoricamente as discussões estão ancoradas em Freire (2018), Marcuschi (2008), Mortatti (2004) e Soares (2020 e 2022).

2 DOCUMENTOS CURRICULARES OFICIAIS: regimento sobre o processo de alfabetização da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis

A Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis, como já mencionamos, possui diretriz curricular própria em conformidade com os documentos curriculares oficiais nacional e estadual – BNCC e DRC/MT.

Analisamos, neste artigo, a concepção de alfabetização assumida em tal documento e no MEE para, assim, responder aos questionamentos iniciais quanto à alfabetização na perspectiva de alfabetizar letrando, visto que, sendo hoje o MEE o principal recurso pedagógico existente nas salas de aula de alfabetização, compreendemos que ambos devem estar de acordo em suas concepções para que a educação ocorra com qualidade, ou seja, quem produz o MEE precisa partir dos documentos curriculares oficiais da rede a qual irá ofertar o material, para assim o elaborar.

2.1 Alfabetização na Diretriz Curricular Municipal de Rondonópolis

A Diretriz Curricular Municipal é uma proposta curricular educacional da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis que contempla o exposto nas legislações nacional, estadual e municipal acerca da educação.

É um documento composto por 04 (quatro) volumes, sendo: 1. Diretriz Curricular Municipal: Concepções para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis/MT; 2. Diretriz Curricular Municipal para a Educação Infantil/DCMEI; 3. Diretriz Curricular Municipal para o Ensino Fundamental; e 4. Diretriz Curricular Municipal a Educação de Jovens e Adultos/DCM/EJA.

A Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis reorganizou seu currículo durante os anos de 2000 e 2001, com a implantação do Ciclo de Formação Humana, na época, ação em resposta principalmente ao alto índice de reprovação e tentativa de garantir o exposto pelo Art. 23 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96.

Organizada em Ciclos de Formação Humana, a Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis assume a seguinte concepção de currículo:

[...] currículo é um processo contínuo de decisão, uma construção que se efetiva em contextos diversos e em etapas diferentes, as quais situam-se entre as perspectivas macro e microcurriculares e tais perspectivas se realizam em contextos que exigem decisões político-administrativas e de gestão, seja da secretaria, da escola ou da sala de aula essa compreensão se traduz no entendimento de que o currículo reflete planos e propostas, que fazem parte do *currículo formal, currículo prescrito ou currículo oficial*; mas é também aquilo que de fato acontece no espaço escolar e diz respeito às atividades cotidianas desenvolvidas com os alunos, ao que se denomina de *currículo real, currículo em ação ou currículo como atividade de sala de aula*. (DCM/ROO, 2021, p. 20, grifos das autoras).

Compreendido, então, como algo vivo e dinâmico, o currículo é aqui constituído em cada momento histórico e por todos os seus atores. Mesmo com

Diretriz Curricular própria, a Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis preconiza, e não poderia ser diferente, o que determinam os documentos normativos curriculares nacionais e estaduais e, dessa forma, tem como concepção de ensino e aprendizagem na perspectiva da Aprendizagem Ativa.

Em relação à alfabetização, a DCM/ROO estabelece que todas as crianças devem estar alfabetizadas no final do primeiro ano do Ensino Fundamental e que o segundo ano do Ensino Fundamental é o período para consolidação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA). E, para isso, tem como concepção de alfabetização:

A alfabetização, segundo Soares (2011), consiste no processo de aquisição do domínio de um código e na utilização deste para ler e escrever. A aquisição e o domínio do código escrito por parte das crianças nos primeiros anos de escolaridade, especificamente no I Ciclo, depende, sobremaneira, do trabalho do professor. Para tanto, este precisa compreender e saber usar didaticamente os conceitos e conhecimentos relativos à consciência fonológica, reconhecendo sua importância para o processo de aquisição de leitura e escrita. (DCM/ROO, 2021, p. 24).

Uma Rede de Ensino que apresenta, em sua DCM/ROO, uma organização em Ciclos de Formação Humana, uma compreensão de currículo holístico, vivo e dinâmico e uma concepção de alfabetização fundamentada, principalmente, em Soares e Mortatti e que assume o compromisso de alfabetizar todas as crianças no primeiro ano do Ensino Fundamental.

2.2 Alfabetização no Material Estruturado de Ensino

O MEE, conforme já dissemos, não possui “Manual do Professor”, o que dificulta a análise das concepções, fundamentações teóricas, uma vez que é nesse manual que o professor encontra as concepções de ensino, aprendizagem, alfabetização, dentre outras que guiam o material didático com o qual está trabalhando.

O MEE possui apenas uma página de “Apresentação” em todos os cadernos, sendo essa nossa fonte de análise da concepção de alfabetização na perspectiva de alfabetizar letrando.

Figura 1 – Página inicial MEE livro 2 - 1º ano Ensino Fundamental

APRESENTAÇÃO

Caros professores, alunos, pais e/ou responsáveis do ano letivo de 2023,
Sejam bem-vindos ao Sistema de Ensino Plural.

Baseando-se nos mais modernos paradigmas educacionais e seguindo as Bases Curriculares Nacionais, o Sistema Plural apresenta conteúdos interdisciplinares e contextualizados produzidos por professores-autores experientes em ensino e aprendizagem.

Além dos livros bimestrais, os aplicativos Plural e nossa Plataforma Digital estarão ao seu dispor, ampliando as possibilidades de abordagens dos conteúdos, incluindo avaliações de desempenho e rendimento. Para nosso material de 2023, inserimos a concepção gráfica e o design dos livros no processo pedagógico, relacionando-os com o conceito filosófico e educativo de Teilhard Chardin. A partir da categoria científica da evolução, Teilhard de Chardin construiu um pensamento filosófico e antropológico que merece destaque em nossos dias. Tal pensador edificou uma ideia sólida sobre o homem, que se pautou na noção de que o processo evolutivo possui um sentido. Esse sentido culminará no ponto em que, holisticamente, o todo e a parte são integrados. Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955), padre jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo francês, dedicou-se a buscar o máximo nível da consciência humana, ou seja, um momento de máxima complexidade, que alguns acreditam que será o estágio avançado do universo e da espécie humana. Ele defende que o universo está em constante desenvolvimento através de níveis maiores de complexidade material e de consciência. Isso é o que ele chamou de Lei da Complexidade/Consciência. Teilhard acreditava que o universo movia-se apenas em uma direção para maior complexidade, aumentando sempre sua consciência, chegando a um nível superior. Assim, a noção de que o homem transcende todo o determinismo indica que é nele que todo aprimoramento moral e educacional deve apoiar-se. Pode-se afirmar, então, que o homem é "eixo e flecha da evolução". Portanto, nele e através dele a criação se converge para o todo.

Contem conosco ao longo do ano e realizem bons estudos.



Fonte: <https://heyzine.com/flip-book/6072d411da.html#page/1> (2024)

O texto da “Apresentação” sublinha que o material “se baseia nos mais modernos paradigmas educacionais e segue as Bases Curriculares Nacionais” e, mais adiante sinaliza que sua “fundamentação está pautada na conceituação filosófica e educativa de Theilhard Chaddin”.

Merecem atenção, como análise, concepção e recurso, e inicia também nosso ponto de preocupação e atenção, não só pela questão laica da educação, mas porque, partindo das informações presentes na “Apresentação”, objeto de análise deste artigo, a fundamentação teórica utilizada no MEE estar liderada nas concepções de um paleontólogo e mítico, e não de alguém da área da educação

e, pensando a alfabetização na perspectiva de alfabetizar letrando, supõe-se que os conhecimentos sobre o processo da alfabetização não sejam prioridades nos estudos dessa equipe composta para elaboração do material em questão.

Seria retrocesso, traria prejuízos e rupturas, voltar ao ensino pela pedagogia jesuítica com tantos avanços conquistados por pesquisadores, falando nessa pesquisa, no campo da alfabetização na perspectiva de alfabetizar letrando e em formação continuada em professores alfabetizadores no Brasil.

Quando lemos um texto como esse que está na “Apresentação” do MEE, não há como não vincular ao negacionismo à ciência e ao descarte da intervenção docente pregado e propagado pelo governo federal anterior e que, inclusive, incidiu consideravelmente na introdução desses materiais estruturados nos espaços escolares, em substituição ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD).

Dessa forma, sabendo que para o desenvolvimento do processo de alfabetização são necessários métodos fundamentados em teorias, bem como teorias que produzam métodos, como nos ensinou Soares (2020, p. 128) “podemos incorrer no espontaneísmo, considerando, por falta de suficiente formação teórica, *qualquer* atividade como atividade intelectual”. Toda prática precisa estar fundamentada na teoria para que ela funcione, caso contrário, a prática continuará sendo repetição de “coisas bonitas” que se viu em algum lugar, e que, sem fundamentação teórica, não irá funcionar na prática pedagógica em sala de aula.

O processo de alfabetização, as práticas pedagógicas, bem como todo processo que envolve o ensino e a aprendizagem são de grande complexidade e a prática pedagógica docente no decorrer desse processo é fundamental, pois para que a alfabetização aconteça, apenas o ambiente alfabetizador não é suficiente, visto que a criança necessita de orientação sistemática e progressiva para que se aproprie do sistema de escrita alfabético.

E, por ser um processo complexo, não pode ser tratado de forma superficial, sem conhecimento de sua natureza multifacetada, ou seja, às perspectivas psicológica, psicolinguística, sociolinguística e linguística do processo, e nem sem conhecer todos os aspectos sociais, culturais e políticos que são os condicionantes do processo de alfabetização (Soares, 2020).

Com este horizonte nos questionamos: Como poderá funcionar e/ou ser de qualidade uma educação que o principal recurso pedagógico utilizado em sala de aula “desconhece” em sua elaboração os documentos curriculares oficiais da rede a qual subsidiará? Como alfabetizar na perspectiva de alfabetizar letrando, utilizando um material que não possui concepção de alfabetização em sua constituição? É uma questão de mera significação de material por parte do professor?

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após verificação do MEE com o objetivo de analisar a concepção de alfabetização presente nesse material do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, para verificar se essa concepção se articula com a concepção de alfabetização dos documentos normativos oficiais da Rede Municipal de Ensino de Rondonópolis – Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC/MT) e a Diretriz Curricular Municipal de Rondonópolis (DCM/ROO) e, principalmente, se elas se articulam para alfabetizar na perspectiva de alfabetizar letrando, compreendemos que o material, como claramente está posto em sua página de “Apresentação”, foi produzido por uma equipe que, supõe-se, não denota conhecimento dos processos de alfabetização, tampouco evidencia dominar esse conhecimento ao ponto de propor um material para ser utilizado nas salas de alfabetização.

Assim, com uma concepção e fundamentação teórica alheia aos significados, sentidos, bem como todo processo sobre alfabetização, o MEE não se articula à DCM/ROO para alfabetizar na perspectiva de alfabetizar letrando.

Para Mortatti (2004), o conceito de letramento está relacionado às funções da língua escrita numa sociedade letrada. Soares (2022, p. 82), nesse contexto, afirma que, “pode-se concluir que definir letramento é uma tarefa altamente controversa; a formulação de uma definição que possa ser aceita sem restrições parece impossível”. Isso porque, segundo a autora, as concepções de letramento sofrem alterações a depender do contexto histórico e, por isso, a impossibilidade de um único conceito para defini-lo.

Por vivermos em uma sociedade *grafocêntrica*, saber ler e escrever são princípios fundamentais para inserção social, porém, atualmente isso é pouco, é preciso atuar nessa sociedade e, para isso, não basta ser alfabetizado, há que se utilizar dos conhecimentos construídos nas experiências de letramento para inferir sobre as escritas que circulam nos ambientes sociais.

Ademais refletimos nessa análise, o quão de resistências, o campo da educação brasileira sempre precisou ser, com lutas e debates, quando suas conquistas são ameaçadas como numa tentativa tão desvelada como essa.

Palavras-Chave: Alfabetização, Letramento, Material Estruturado de Ensino (MEE).

REFERÊNCIAS

MARCUSCHI, Luiz. Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e Letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

RONDONÓPOLIS/MATO GROSSO. Secretaria Municipal de Educação de Rondonópolis. Departamento de Ensino. **Diretriz Curricular Municipal para o**

Ensino Fundamental. Rondonópolis, 2011.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** 7. ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

TEIXEIRA, Ana Sueli (Org.). **Plural:** Ensino Fundamental 1 – 1º ano – Livro do Professor. 1ª ed. São Paulo: Movimenta, 2022.